

## UMA REFLEXÃO SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Laíza Kamila Dos Santos Silva; Maria Sheila Alves da Costa; Aparecida Carneiro Pires  
Orientadora: Aparecida Carneiro Pires

*Universidade Federal de Campina Grande- [laizakamillapedagogia@gmail.com](mailto:laizakamillapedagogia@gmail.com)*

*Universidade Federal de Campina Grande- [msheilhinhares@gmail.com](mailto:msheilhinhares@gmail.com)*

*Universidade Federal de Campina Grande - [acppedagoga@yahoo.com.br](mailto:acppedagoga@yahoo.com.br)*

### **Resumo:**

O presente artigo, apresenta por tema gerador: “A Avaliação da Aprendizagem na Educação Inclusiva”, abordando a inerente necessidade de acolhimento humano e educacional das diferentes especificidades de ensino e aprendizagem dos educandos, contribuindo assim para o desenvolvimento efetivo da avaliação da aprendizagem inclusiva, contudente a todos os aspectos de formação humana. Tendo em vista que existem as práticas educacionais excludentes, referentes ao ato avaliativo dos processos de ensino e aprendizagem. O trabalho foi construído a partir da pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, tendo por aporte teórico estudiosos como, Paulo Freire, Cipriano Luckesi, Jussara Hoffmann, Fonseca e Lembo, a partir destes, objetivamos compreender de forma reflexiva o ato docente em avaliar a aprendizagem dos alunos na educação inclusiva brasileira, visto que atualmente, muitos professores tem direcionado seu foco avaliativo mais para a inspeção e quantificação de erros, esquecendo-se de levar em consideração os avanços conquistados pelos alunos em meio ao processo de ensino. Os resultados do trabalho apontam para a constante necessidade de se repensar enquanto sujeito docente a amplitude social do ato avaliativo na educação inclusiva, não limitando a aprendizagem do aluno a erros e acertos constatados em provas e quantificados em notas, visto que, refletir verdadeiramente sobre o ato avaliativo na educação inclusiva exige do docente sensibilidade pedagógica, atenção para as especificidades e avanços discentes, empatia, desejo que outro aprenda e disponibilidade em aprender junto e para o outro. Tais características possibilitam ao professor e aluno desenvolver caminhos metodológicos avaliativos no percurso de ensino e aprendizagem que lhes sejam significativos e prazerosos.

**Palavras- Chave:** Ensino- Aprendizagem, Educação Inclusiva, Avaliação da Aprendizagem.

### **INTRODUÇÃO**

Atualmente, quando nos dispomos a pensar sobre a avaliação da aprendizagem no âmbito da educação inclusiva, faz se necessário antes de tudo compreender que a amplitude da condição de ser humano, deve transpassar quaisquer pré-julgamentos e preconceitos sobre o ato avaliativo, no que condiz ao processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência.

Historicamente, os processos educativos de pessoas com algum tipo de deficiência, predominavam basicamente um viés assistencialista de ensino, no qual em suma preocupava-se mais com o cuidado físico do educando, do que realmente buscar desenvolver métodos pedagógicos diferenciados para proporcionar resultados eficazes de inclusão educacional e desenvolvimento da aprendizagem.

(83) 3322.3222

[contato@cintedi.com.br](mailto:contato@cintedi.com.br)

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

Somente na década de 70, surge no Brasil uma proposta de integração da educação especial as classes de ensino regular, o que deveras foi tardio, desumano e inaceitável, visto que, não se produziu muitos resultados educacionais inclusivos. Infelizmente essas pessoas passaram ser pedagogicamente avaliadas e comparadas aos demais alunos por meio de metodologias de ensino ainda desadequadas para desenvolvimento de suas específicas condições físicas, intelectuais e sócio- econômicas.

Entretanto, novos horizontes educacionais se estabelecem vislumbrando uma perspectiva de ensino inclusivo, quando na Espanha em 1994, estando presente governante de 94 países é criada o primeiro documento internacional a favor dos direitos de inclusão educacional de todas as pessoas com deficiência, conhecido como a Declaração de Salamanca enfatizando que:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (BRASIL, 1994, p. 17-18).

Nisso, entende-se com clareza que, a educação passa a ser um direito oficial de todos, e não direito de uma classe social específica, ou tida como para pessoas “normais”. A escola agora, assim como todos os seus colaboradores tem a necessidade de direcionar sua práxis pedagógica para o aperfeiçoamento e desenvolvimento de capacidades intelectuais, cidadãos de cunho ético, político e estético de todos os sujeitos que nela se encontram. Propondo um ensino e avaliação da aprendizagem de bases equânimes.

Nessa acepção, a proposta do referido artigo é tratar sobre Avaliação da Aprendizagem em uma perspectiva inclusiva, visando as contribuições dos profissionais da escola, em conjunto com toda a sociedade, na construção de práticas pedagógicas, com o objetivo de elucidar significativas propostas de escolarização desses sujeitos assistidos.

## **METODOLOGIA**

Para a articulação deste trabalho utilizamos como fonte de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, que de acordo com as palavras de Fonseca (2002, p. 32), "a pesquisa bibliográfica é feita a partir de um levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros artigos científicos, páginas de *web sites*". Neste ensejo procuramos enfatizar um estudo a

partir de materiais que já foram pesquisados por outros autores, enriquecendo reflexões voltados para a temática. Para discussão do artigo organizamos em dois tópicos: I- O que é mesmo o ato de avaliar aprendizagem, iniciaremos tratando o que se entende por avaliação e qual seu sentido para a aprendizagem? II- O professor e o ato de avaliar, aborda quais as concepções que os professores tem acerca da avaliação e como é desenvolvido sua prática pedagógica em sala de aula. Para além disso fizemos uso da pesquisa bibliográfica qualitativa, que centra-se em compreender e explicar os fatos a partir do desempenho das relações sociais estabelecidas. Segundo Minayo (2001, p.6-7):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

## **O QUE É MESMO O ATO DE AVALIAR APRENDIZAGEM?**

A escolarização de alunos com deficiência no ensino regular consiste em integrar o aluno no âmbito educacional, propiciando assim o seu desenvolvimento na modalidade da educação juntamente com todos. As políticas educacionais em uma perspectiva inclusiva visam propiciar o desenvolvimento desses alunos, mostrando o seu conhecimento e as possibilidades de aprender de forma significativa, tendo conhecimento de suas especificidades e seu modo de aprender. Compreendendo dessa forma,

Ensinar é a tarefa central do professor. Ensinar a todos os alunos, sem discriminação. Ensinar a partir de um plano de ensino que considere a presença de todos os alunos, com suas especificidades. Em um plano de ensino, espera-se que estejam contemplados, pelo menos: os objetivos a serem alcançados; os conteúdos a serem trabalhados; a metodologia a ser utilizada, incluindo aqui as estratégias de ensino e a proposta de avaliação. (CARNEIRO, 2012, p.523).

Tendo como enfoque as reflexões da avaliação da aprendizagem, os profissionais da instituição juntamente com o professor procurarão planejar e desenvolver em conjunto atividades que irão ser aplicadas de modo sistematizado, relacionando dessa maneira verificar seus rendimentos, sua percepção de evolução em relação dos conteúdos que foram apreendidos.

A tensão posta em cima do professor torna por muitas vezes o profissional desmotivado e desgastado

com a sua postura em sala de aula. Então dessa forma para que a educação se efetive em uma perspectiva inclusiva, as práticas pedagógicas escolares no âmbito da educação devem ser organizadas coletivamente com o apoio de todos da escola, preservando sempre a atuação do professor e a presença da família, a fim de melhorar a participação desse aluno.

Neste contexto passamos a verificar que as contribuições das Políticas Nacional de Educação tornam relevantes, pois define como objetivo:

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para os atendimentos educacionais especializados e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 14).

Nesta conjuntura a relevância de políticas inclusivas é plausível, para dar um retorno positivo a todo processo de escolarização, que assim inclui a avaliação da aprendizagem, como estratégias de avaliar o aluno levando em consideração toda sua construção de aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem, trata-se de um tema transversal com múltiplas compreensões, uma das visões mais mitificadas sobre avaliação, que a considera sendo como um momento final, que rotula o aluno e mede o por notas ou conceitos apreendidos, distanciado do processo de ensino e aprendizagem. Pressupõe assim que o objetivo de avaliar é verificar os conteúdos aprendidos durante todo semestre do aluno, nesse caso, a avaliação seria a finalização do processo ensino-aprendizagem um ciclo do qual o estudante entra em contato com os conteúdos, pratica através de exercícios e depois demonstra ao professor se aprendeu o que foi repassado.

Nesta perspectiva, (CARNEIRO,2012, p.523) define que:

Tais práticas, ao priorizar aspectos quantitativos, dão pouca visibilidade às aprendizagens efetivas. Portanto, pouco contribuem para detectar o que foi de fato aprendido e o que se constitui como dificuldade a ser superada através de intervenções pedagógicas planejadas para tal.

Na condição que acreditarmos que o objetivo da avaliação da aprendizagem é produzir conhecimento relativo ao processo educacional, com a finalidade de estabelecer conteúdos e aprendizagem, o papel do professor, o de ensinar, em uma dinâmica do processo crítico e reflexivo, os aspectos no tocante, quantitativos, tais como a nota, ficam num plano secundário.

## **O PROFESSOR E O ATO DE AVALIAR**

Ao refletirmos sobre a importância da avaliação da aprendizagem e suas implicações sócioemocionais sobre o sujeito avaliado, percebe-se que a cada dia o olhar avaliador do professor de educação inclusiva nas instituições de ensino brasileiro, se direcionam cada vez mais para a inspeção dos erros, que para os progressos adquiridos pelos alunos em meio ao processo de ensino- aprendizagem.

Observa-se que mediante a essas considerações, citando as palavras de (HOFFMANN, 2001, p. 10):

A avaliação é substancialmente reflexão, capacidade única e exclusiva do ser humano, de pensar sobre seus atos, de analisa-los, julgá-los, interagindo com o mundo e com os outros seres, influenciando e sofrendo influências pelo seu pensar e agir.

Sendo assim, o que verdadeiramente está sendo avaliado? A construção gradativa do conhecimento que percorre o processo de ensino aprendizagem do aluno, ou, o conhecimento já esperado e pré- definido pelo professor como aprendizagem?

Quando citamos sobre os processos de aprendizagem, é a perspectiva individual avaliativa adotada por cada professor, não a uma avaliação compartimentada, pelo contrário, questionamos aqui, a falta de uma avaliação abrangente que inclua todos os aspectos inerentes a formação humana para identificar os avanços e limitações individuais, de crianças e jovens com necessidades educacionais, pedagógicas, peculiares e existentes em qualquer aluno que se disponha a aprender.

Para isso, é útil ao professor enquanto mediador do conhecimento que será avaliado, adquirir uma compreensão mínima de como se inicia o processo de ensino-aprendizagem na educação especial, para posteriormente refletir a luz do ato de avaliar. Nisso, (LEMBO, 1975, p. 61) esclarece:

A maioria das possibilidades de desempenho do homem, desde a capacidade de resolver problemas, desenvolveram se, em grande parte, como resultado de uma abordagem do tipo ensaio- erro- ensaio-sucesso. Podemos deduzir daí que cometer um erro

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

não é um fracasso, mas, sim parte fundamental do processo de aprendizagem.

Nesta perspectiva, desde que haja essa sensibilidade de promover e direcionar a partir do erro de forma peculiar a aprendizagem de cada docente, o erro será visto como um norte que tem por objetivo inicial o direcionamento da ação pedagógica em prol da aprendizagem e não da rotulação da deficiência, tornando dessa forma, a avaliação da aprendizagem em um processo contínuo e não em um dado fim do conhecimento.

Para tanto, substancial se faz ao docente da educação inclusiva se dispor a acolher o outro enquanto ser que é humano, não visando suas limitações ou características físicas sejam elas quais forem, para que se fomente pelo ensino o desenvolvimento gradativo e satisfatório da aprendizagem, que permeia tanto a formação humana docente quanto discente. Assim corrobora (LUCKESI, 1997, p.166):

Avaliação é entrega. O ato de avaliar também exige entrega, entrega à construção da experiência satisfatória do educando. A entrega ao desejo de que o educando cresça e se desenvolva possibilita ao educador o envolvimento com o processo do educando, estando sempre atento às suas necessidades.”

Logo, mencionamos à um planejamento pedagógico capaz de diagnosticar e direcionar o aluno para além do erro sem culpá-lo ou eximi-lo da apreensão de conhecimentos curriculares necessários à sua inserção social, evitando desta forma boa parte da exclusão exercida pela avaliação da aprendizagem em pessoas com deficiência.

Mediante uso desta perspectiva, temos a ampla possibilidade por meio da avaliação diagnóstica de enxergar e investigar as dificuldades e potencialidades do aluno para posteriormente ensinarmos e avaliarmos de forma adequada, tornando o ato de avaliar um meio humano e não um fim mecânico baseado unicamente em erros e acertos expressos por notas. A luz disso declara, (HOFFMANN, 2001, p. 50) que:

O caminho para a avaliação mediadora não pode ser outra senão a busca de significado para todas as dimensões da relação entre educando e educadores através da investigação séria acerca das peculiaridades dos aprendizes e das aprendizagens; a visão de quem quer conhecer para promover e não classificar ou julgar; a certeza de que as incertezas são múltiplas em educação porque se baseiam em relações humanas...

Sendo assim, a avaliação da aprendizagem dota-se de um caráter maleável, não executado para

classificação de quem é avaliado, pelo contrário, ela tem por objetivo se torna um processo promovedor do reconhecimento de habilidades já adquiridas e na busca das que se fazem necessárias ao educando.

Então, por que será que há décadas mesmo diante de tanto esclarecimento, a prática avaliativa da aprendizagem ainda continua pautada mais em medir saberes que não foram alcançados, do que observar e diagnosticar no próprio sujeito a potencialização do saber já existente, para auxílio na construção de outro saber necessário que ainda não foi por ele adquirido a fim de atender a demanda de formação e ascensão social por meio da educação formal?

Ao externar essa reflexão, ressalta-se que, não fazemos referência a uma negligência que se fomenta pela falta de conhecimento na área, visto que, o temos. Mas, pelo largo descaso político educacional formativo e autoformativo dos profissionais docentes ou não que atuam nas escolas públicas do Brasil.

Como por exemplo; se aluno X possui alguma deficiência, e está cursando o 1º ano do ensino infantil regular e hipoteticamente conhece inicialmente apenas as vogais: A, e O. Logo, ao professor iniciar o ensino de todas as vogais e posteriormente realizar uma avaliação oral e ele identificar apenas as vogais: A, I, percebe que, mesmo diante de certa aquisição das vogais ensinadas pelo professor, na maioria das vezes ele conceberá o aluno como incapaz de aprender mediante sua deficiência, o que é um equívoco, ou, por mero ato mecânico do cumprimento de repasse curricular não respeitará seu tempo de aquisição, o impedindo assim de aprender e consecutivamente destinando a uma avaliação da aprendizagem desproporcional a suas peculiaridades. Segundo (HOFFMANN, 2001, p. 37):

“O processo de aprendizagem do aluno não segue percursos programados a priori pelo professor. É no cotidiano escolar que os alunos revelam tempos e condições necessárias ao processo. O tempo da avaliação é decorrente de suas demandas e estratégias de aprendizagem e não do curso das atividades inicialmente previstas pelos professores. Uma tarefa igual não é cumprida ao mesmo tempo por todos, porque não representam o mesmo desafio, o que vale para inúmeras situações.”

Dessa forma, analisamos como promover, aperfeiçoar e refletir sobre as singularidades do processo avaliativo, pois, não podemos esquecer que somos humanos e avaliamos humanos com tempos e meios diferentes de aprender.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao propormos um diálogo reflexivo sobre a avaliação da aprendizagem na educação inclusiva, compreendemos que avaliar é um ato humano, complexo que envolve respeito pelos avanços e erros discentes de modo a atribuir significados peculiares e gerais ao desenvolvimento dos educandos, sempre os projetando e avaliando para além dos erros.

Nesse sentido, o ato avaliativo na educação inclusiva remete discentes e docentes a se verem para além dos erros e impossibilidades, desenvolvendo dessa forma por meio da avaliação da aprendizagem, processo de ensino que visem ações promovedoras dos vários tipos de saber, e não rotulistas ou classificatórias como comumente presenciamos nas escolas brasileiras.

Contudo, por meio deste trabalho desejamos visibilizar de maneira reflexiva a necessidade de se desenvolver uma prática avaliativa para além dos erros e dificuldades de aprendizagem apresentados por inúmeros alunos, sejam na educação inclusiva ou regular, propondo esclarecer aos profissionais docentes, não a negligência com erro, contudo, o ensino e avaliação que os projete para a superação de suas dificuldades sem rótulos ou classificações avaliativas.

Portanto, destacamos que a educação é um direito de todos os alunos brasileiros, independentemente de cor, crença, estado físico, psíquico, com deficiência, sem deficiência, cultural ou econômico todos devem estar inclusos nos mesmos percursos escolares em instituições de ensino regular, visto que, uma escolarização de qualidade é um importante elemento constitutivo para o desenvolvimento integral de todos os alunos sem nenhuma distinção.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2018

CARNEIRO, Maria Sylvia Cardoso. Reflexões sobre a avaliação da aprendizagem de alunos da modalidade da educação especial na educação básica. **Revista Educação Especial**, v.25, n.44, p.513-530, set./dez.2012. Santa Maria. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/7190>>. Acesso em: 23 mar.2018

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Declaração Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e qualidade. Trad. Edilson Alkmin da Cunha. 2. Ed. Brasília: CORDE, 1994.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho.** Porto Alegre, Mediação, 2001.

LEMBO, John. **Por que falham os professores.** Tradução de: Maria Pia Brito Macedo Charlier e René François Joseph Charlier. São Paulo, EPU, 1975.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e posições.** 5 ed. São Paulo, Cortez, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001. 80p.